

SIDNEY BITTENCOURT

## **LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

### **O USO DO PODER DE COMPRA DO ESTADO FOMENTANDO O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

(COMENTÁRIOS À INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG N° 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS E AO DECRETO N° 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS, PRÁTICAS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS)



Belo Horizonte  
2014



Copyright © 2014 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA.

www.livrariadelrey.com.br

**Editor:** Arnaldo Oliveira

**Editor Adjunto:** Ricardo A. Malheiros Fiuza

**Editora Assistente:** Waneska Diniz

**Coordenação Editorial:** Wendell Campos Borges

**Diagramação:** Lucila Pangrácio Azevedo

**Revisão:** Alessandra Valadores

**Capa:** Lucila Pangrácio Azevedo

**Editora / MG**

Rua dos Goitocaes, 71 – Sala 709-C – Centro

Belo Horizonte – MG – CEP 30190-050

Tel: (31) 3284-5845

editora@delreyonline.com.br

**Conselho Editorial:**

Alice de Souza Birchall

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antonio Augusto Junho Anastasia

Antônio Pereira Gaio Júnior

Aroldo Plínio Gonçalves

Carlos Alberto Penna R. de Carvalho

Celso de Magalhães Pinto

Edelberto Augusto Gomes Lima

Edésio Fernandes

Fernando Gonzaga Jayme

Hermes Vilchez Guerrero

José Adércio Leite Sampaio

José Edgard Penna Amorim Pereira

Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior

Misabel Abreu Machado Derzi

Plínio Salgado

Rénan Kfuri Lopes

Rodrigo da Cunha Pereira

Sérgio Lellis Santiago

Bittencourt, Sidney

Licitações sustentáveis: o uso do poder de compra do estado fomentando o desenvolvimento nacional sustentável (comentários à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas federais e ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para o desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas federais). / Sidney Bittencourt. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

xviii + 198 p.

ISBN: 978-85-384-0364-7

1. Brasil. [Lei de licitação (1993)]. 2. Licitação, Brasil. 3. Desenvolvimento sustentável, Brasil. I. Título.

CDU: 351.712(81)

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	XV
<b>I CAPÍTULO – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. SUSTENTABILIDADE – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	1
2. AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE .....	6
2.1 As dimensões da sustentabilidade e as licitações sustentáveis.....	8
<b>II CAPÍTULO – AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....</b>	<b>11</b>
1. AS AQUISIÇÕES PÚBLICAS .....	11
1.1 A primeira quebra de paradigma: o tratamento diferenciado nas aquisições públicas para microempresas.....	13
1.2 A segunda quebra de paradigma: as licitações sustentáveis.....	15
<b>III CAPÍTULO – NORMATIZAÇÃO DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS .....</b>	<b>21</b>
1. A NORMATIZAÇÃO DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS PELO MUNDO .....	21
2. AS NORMAS DE COMPRAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL E A APLICAÇÃO PRÁTICA .....	24
2.1 A importância de adoção das licitações sustentáveis em todos os entes federativos .....	35
<b>IV CAPÍTULO – A ADOÇÃO DE MARGENS DE PREFERÊNCIAS NAS LICITAÇÕES COM O OBJETIVO DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>39</b>
1. AS MARGENS DE PREFERÊNCIAS NAS LICITAÇÕES PARA PRODUTOS MANUFATURADOS E SERVIÇOS NACIONAIS QUE VENHAM A ATENDER NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS .....	39
1.1 A regulamentação dos §§ 5º a 12 do art. 3º (Decreto nº 7.546/2011)	46
1.1.2 A margem de preferência .....	48

1.1.3 Não aplicação da margem de preferência.....	48
1.1.4 Decretos que estatuem margem de preferência.....	49

<b>V</b>	<b>CAPÍTULO – NORMAS DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES – RDC (Lei nº 12.462/11, regulamentada pelo Decreto n. 7.581/11).....</b>	<b>51</b>
1.	A SUSTENTABILIDADE NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES – RDC.....	51

<b>VI</b>	<b>CAPÍTULO – LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – NORMAS CORRELATAS.....</b>	<b>59</b>
1.	NORMAS COM CORRELAÇÃO .....	59
1.1	Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981).....	59
1.2	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001).....	60
1.3	Política Nacional sobre Mudança de Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009).....	61
1.4	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010) .....	63

<b>VII</b>	<b>CAPÍTULO – COMENTÁRIOS À INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS .....</b>	<b>71</b>
1.	A EMENTA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA .....	72
2.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.....	79
2.1	O critério de sustentabilidade e o atendimento ao Princípio da Competitividade.....	81
2.2	A adoção de critério de sustentabilidade nas licitações do tipo melhor técnica ou técnica e preço .....	82
2.2.1	A adoção das séries ISO como critério de qualidade voltado para a sustentabilidade ambiental .....	88

3. AS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DO PROJETO BÁSICO OU EXECUTIVO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA .....	92
3.1 Priorização no emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local .....	98
3.2 O uso obrigatório de agregados reciclados nas obras .....	99
3.3 Observação das normas do INMETRO e ISO nº 14.000 .....	100
4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE PASSÍVEIS DE SEREM SOLICITADOS EM LICITAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS .....	102
4.1 A exigência do objeto da licitação não conter substâncias perigosas acima da recomendada pela diretiva RoHs .....	102
5. COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE .....	103
6. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE EXIGÍVEIS NOS EDITAIS LICITATÓRIOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS .....	110
6.1 Uso de produtos de limpeza e conservação em obediência às classificações e especificações da ANVISA.....	110
6.2 Adoções de medidas para evitar o desperdício de água tratada.....	113
6.3 Observação de medidas referentes ao ruído de equipamentos de limpeza.....	114
6.4 Fornecimento de equipamentos de segurança aos empregados.....	116
6.5 Oferecimento de treinamento aos empregados para a redução de consumo e de produção de resíduos sólidos no trabalho.....	116
6.6 Separação de resíduos recicláveis descartados .....	116
6.7 Respeito às Normas da ABNT referente a resíduos sólidos .....	117
6.8 Previsão de destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis .....	118
7. DISPONIBILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS SEM USO.....	119
8. OS BENS DE INFORMÁTICA OCIOSOS E A POLÍTICA DE INCLUSÃO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL .....	119
9. DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE EM LICITAÇÕES NO PORTAL COMPRASNET.....	121
10. INSERÇÃO OBRIGATÓRIA DE CLÁUSULA OBSERVANDO A IN NOS CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS.....	122
10.1 Convênios administrativos tradicionais .....	123
10.2 Convênios administrativos de natureza financeira .....	136

## **VIII CAPÍTULO – COMENTÁRIOS AO DECRETO Nº 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012 – ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS, PRÁTICAS E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS..... 143**

1. A REGULAMENTAÇÃO DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	144
2. A AQUISIÇÃO E A CONTRATAÇÃO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSIDERANDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE .....	146
3. VEICULAÇÃO DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE .....	148
4. DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS .....	150
5. EXIGÊNCIA DE BENS CONSTITUÍDOS POR MATERIAL RECICLADO, ATÓXICO OU BIODEGRADÁVEL.....	152
6. AS ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS DOS PROJETOS BÁSICO OU EXECUTIVO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA .....	154
7. PREVISÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NO EDITAL LICITATÓRIO .....	155
8. A COMPROVAÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE MEDIANTE CERTIFICAÇÃO .....	155
9. A LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL..	159

## **IX CAPÍTULO – NORMATIZAÇÃO.....165**

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 .....	165
Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010 .....	170
Instrução Normativa SLTI nº 10, de 12 de novembro de 2012 .....	176
BIBLIOGRAFIA .....	191